

Barreiras transponíveis



Jaime dos Santos Júnior, doutorando em História, acredita que fazer-se presente em todos os espaços, por mais difícil que seja, é um ato político

Em resposta à Lei n.º 13.409/16, a UFRGS, desde o processo seletivo deste ano, passou a reservar 25% de suas vagas a pessoas com deficiência egressas do ensino público.

Neste semestre, ingressaram 48 candidatos, sendo 26 com deficiência física, 12 com deficiência visual, oito com deficiência auditiva e dois com transtorno do espectro autista. Não houve aprovados com deficiência intelectual e múltipla, condições também previstas nas modalidades de cotas.

Ao todo, 20 cursos receberam esses ingressantes. A maior concentração está em Ciências

Jurídicas e Sociais, que acolheu nove deles. Na sequência, destacam-se também Medicina, com oito, Administração, com cinco, e Medicina Veterinária, com três estudantes.

A partir desse cenário, o que é consenso entre todas as fontes consultadas para esta reportagem, o maior desafio será garantir a permanência desses alunos na Universidade por meio da disponibilização dos recursos necessários que permitam uma condição de equidade para participarem da vida acadêmica como os demais discentes.

Por mais que haja impedimentos arquitetôni-

cos, comunicacionais ou orçamentários, os entrevistados foram igualmente unânimes ao afirmar que a maior barreira a ser transposta nesse processo de inclusão é a atitudinal, a qual é reflexo dos preconceitos, medos e desconhecimento dos indivíduos frente às pessoas com deficiência.

Na UFRGS, essas barreiras estão presentes no cotidiano de alunos com deficiência, o que percebemos ao escutar o relato de suas experiências. Por outro lado, espalhadas por diferentes setores e unidades, encontramos iniciativas que se esforçam por favorecer a inclusão e a acessibilidade de todos.

Num dia úmido de garoa no Câmpus do Vale, ao descer a rampa que dá acesso ao segundo andar do Instituto de Física, o triciclo motorizado utilizado por Emanuel deslizou, mesmo com os freios acionados, e ele bateu com a perna no corrimão, machucando o joelho. Após esse ocorrido, um impasse que vinha se alongando havia dois meses foi finalmente resolvido.

Na primeira semana de aula, o calouro do curso de Engenharia Mecânica Emanuel Estevão Garcia, que tem mobilidade reduzida, já havia sinalizado ao Setor de Apoio Acadêmico (Sacad) da Escola de Engenharia que a rampa é muito íngreme, não sendo adequada para permitir o acesso.

“A partir disso, interagimos com o Departamento de Física [responsável pela disciplina] para realizar a troca de sala”, informa Mariana Brandão, servidora da Sacad. O departamento respondeu que não dispunha de sala localizada no térreo que comportasse os 60 alunos da turma. “Diante desse problema”, prossegue a técnica, “procuramos o departamento da Pró-reitoria de Graduação que intermedeia os casos de dificuldade de alocação de espaço físico. Eles fizeram uma intervenção e disponibilizaram uma nova sala, mas ela não comportava todos os alunos, ainda que no sistema constasse que sim”. Com a solução malograda, segundo o chefe do Departamento de Física, Leandro Araujo, os gerentes de espaço físico da Prograd alegaram que não haveria alternativa.

Enquanto isso, a disciplina seguia acontecendo no espaço inicial. O monitor do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (Incluir) que acompanha Emanuel nos deslocamentos pelo câmpus relatou, nesse meio tempo, que num dia de chuva teve que ajudar a frear o triciclo colocando-se na frente do equipamento. Como o impasse se prolongava, o Incluir passou a pressionar por uma solução. Esta, de acordo com Leandro, só veio após a interferência da direção do Departamento de Cursos e Políticas de Graduação da Prograd, que negociou com o Departamento de Matemática uma mudança de sala, de forma que ficasse disponível um espaço no térreo.

Emanuel diz que agora pode chegar à aula sem riscos. No entanto, lamenta: “Me chateia que fiquei passando por aquilo por dois meses até que se resolvesse a situação. Eu precisava de ajuda para subir e descer a rampa por ser muito íngreme. A primeira coisa que a pessoa com deficiência quer é a sua independência – e isso não estava acontecendo”.

O impasse chegou a uma solução, mas, como expressa Mariana, o desafio é grande. “Percebemos que a Universidade não está preparada; nós

mesmos, como técnicos, não estamos preparados. A gente busca informações, mas falta muita coisa”, avalia.

Em meio à negociação, a servidora revela que se deparou com uma barreira atitudinal. Houve uma fala, também mencionada por Emanuel, insinuando que a Sacad estaria pressionando para que houvesse um tratamento privilegiado de um aluno em detrimento de toda a turma – o entendimento era de que para ele, em particular, a rampa não servia. Adriana Arioli, coordenadora do Incluir, lembra que “a prioridade no atendimento não é porque as pessoas com deficiência sejam coitadinhas e precisem de ajuda; é uma questão de direito”.

Conceito – A ênfase nas barreiras vem em decorrência de um novo entendimento da questão consolidado na Lei Brasileira de Inclusão de 2015. Antes, comenta Adriana, vigorava um modelo clínico da deficiência focado no corpo; agora, a concepção é social, deslocada para o ambiente. Segundo a lei, considera-se pessoa com deficiência quem tem impedimentos que, em interação com barreiras, possam obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições.

“Fazer-se presente sempre foi um esforço. Mas eu acho que, por mais difícil que seja, é um ato político. É melhor aparecer tendo que gritar que o espaço não está adaptado do que desistir.”

Jaime dos Santos Júnior

Foi justamente um obstáculo à participação plena que Jaime dos Santos Júnior, doutorando em História, encontrou no auditório do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (Ilea) quando foi convidado para dar uma palestra. Ele tem mobilidade reduzida em função de um quadro de esclerose múltipla e usa cadeira de rodas. “Há lugar para cadeirante, mas é lá no fundo, na plateia”, relembra. Mesmo assim, aceitou ser carregado até o palco: “Fazer-se presente sempre foi um esforço. Mas eu acho que, por mais difícil que seja, é um ato político. É melhor aparecer tendo que gritar que o espaço não está adaptado do que desistir”.

Ele rejeita, porém, qualquer atribuição de heroísmo. “As pessoas acham bonito: ‘Ele está fazendo faculdade’. Que nada: é o que dá para fazer! Não dá para carregar saco de

cimento. Não tem nada de superação nisso”, diverte-se. O que não significa que não haja obstáculos a transpor, especialmente no Câmpus do Vale – a começar pelo acesso de pedestres ao descer do ônibus, dificuldade que já motivou inclusive uma carta aberta à UFRGS.

Em relação a isso, Andrea Loguercio, vice-superintendente de infraestrutura, argumenta que a obra da plataforma elevatória ao lado da escadaria de acesso ao câmpus foi abandonada pela empreiteira em 2014 e que os trâmites burocráticos para retomá-la vêm se arrastando desde então.

Naturalidade – José Maurício da Silva, estudante do oitavo semestre de Psicologia, conta que não teve muita dificuldade de adaptação à Universidade, tendo contado com auxílio do Incluir na transcrição de materiais impressos para uma versão digital acessível.

Ele diz que costuma tratar com bastante naturalidade a conversa sobre a deficiência. Assim, no início do semestre, aborda diretamente os professores: “Bom dia, sou um aluno cego. Não nasci sabendo tua disciplina. Tu não nasceste sabendo como lidar com um cego. Então, por favor, tira tuas dúvidas comigo que a gente vai conseguir levar o curso numa boa”.

Desde março deste ano, após um curso de capacitação de um mês, circula pela Universidade na companhia de Calvin, cão-guia treinado por alunos de um curso de especialização oferecido pelo Instituto Federal Catarinense. Como esses animais treinados ainda são raros no país – existem apenas cerca de 150 –, ele costuma orientar as pessoas: “É importante saber que, quando está com o arreo e a guia, o cão está em serviço, logo, em constante vigília para a prestação desse serviço. Ao acariciar o Calvin, os indivíduos geram o risco de ele se desconcentrar e me colocar em risco, além de o deseducarem”. Por lei, o cão-guia pode acessar todos os espaços de uso coletivo.

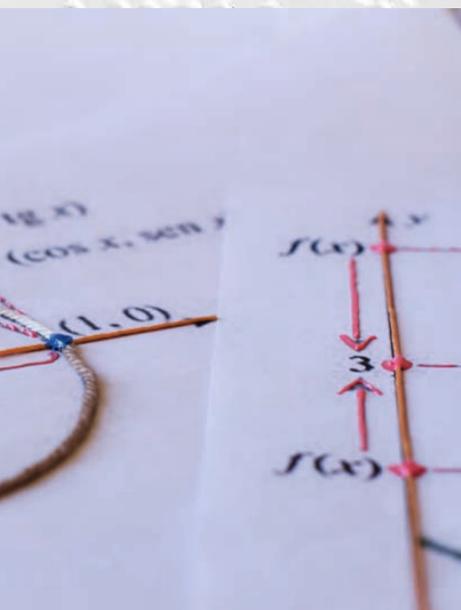
A companhia de Calvin reduziu a maior dificuldade que encontra na Universidade: a ausência, nos espaços internos dos câmpus, de piso podotátil – como aqueles encontrados em calçadas e que têm círculos ou listras em relevo – ou pavimentos que favoreçam a orientação da pessoa cega. “A gente não consegue transitar com autonomia”, lamenta. Uma razão para essa carência, aponta a vice-superintendente de infraestrutura, é o fato de a legislação referente à acessibilidade ter divergências com aquela relativa ao patrimônio histórico, que restringe a possibilidade de colocação de piso podotátil no Câmpus Centro, por exemplo.



O estudante de Design Lucas Rufino, no alto, adapta brinquedos para crianças com deficiência física. Abaixo e por último, material didático adaptado para alunos com deficiência visual pela equipe do Incluir. No meio, a revisora de braille Cristina Fumaco analisa embalagem de geleia acessível



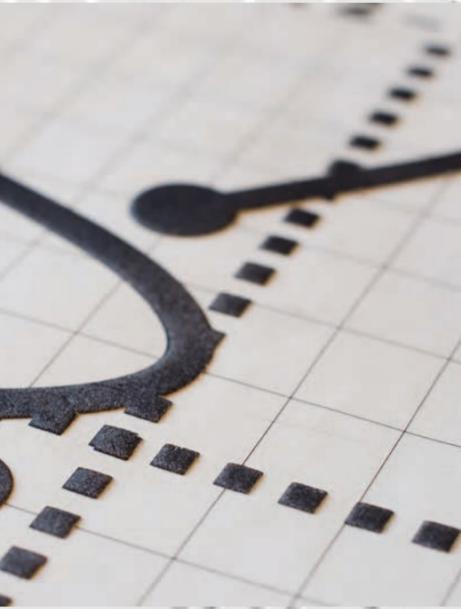
GUSTAVO DIEHL/SECOM



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM



GUSTAVO DIEHL/SECOM



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM

Conteúdos acessíveis

Se a Universidade enfrenta desafios para se tornar de fato acessível, há algumas iniciativas que já se desenvolvem em seu interior e podem ser vetores de disseminação de uma cultura inclusiva. Exemplo disso é o grupo ComAcesso – Comunicação Acessível, que lida com a acessibilidade de conteúdo.

Coordenado pelos professores Eduardo Cardoso, dos cursos de Design Visual e de Produto, e Thiago Coimbra, do bacharelado em Letras-Libras, o projeto compreende três eixos: educação inclusiva, mediação cultural e comunicação institucional. No primeiro, atua em parceria com a Secretaria de Educação a Distância no desenvolvimento de ferramentas de acessibilidade para cursos online com foco em interpretação em Libras e legendas para surdos e ensurdecidos. No segundo eixo, junto com o Núcleo de Cultura Acessível da Pró-reitoria de Extensão (Prorext), oferece serviços de mediação para

o Museu e o Planetário. No terceiro, adapta a comunicação produzida na Universidade para diferentes públicos. “Se temos mais de nove servidores surdos e ao menos dois com deficiência visual e enviamos um convite sem audiodescrição ou tradução em Libras, esse público não é contemplado”, adverte Eduardo.

O docente desenvolve também o projeto de extensão *Mil brinquedos, mil sorrisos*, que oferece oficinas sobre adaptação de brinquedos e produção de acionadores que dão acessibilidade a crianças com deficiência física. A iniciativa existe desde o ano passado e tem um viés de formação e multiplicação, mais do que de doação de brinquedos.

A centralidade da formação também motivou a professora Priscila Zavadil, do departamento de Design e Expressão Gráfica, a adotar a temática da acessibilidade na disciplina Design de Embala-

gens II, ofertada em parceria com Eduardo. Ela faz questão de frisar que não é especialista na área de inclusão, mas pensa ser importante trazer o assunto para a sala de aula e mostrar que é possível, e mesmo necessário, contemplar essas questões na elaboração dos projetos. No segundo semestre de 2017, como trabalho final, os alunos elaboraram uma embalagem de produtos alimentícios voltada para pessoas com deficiência visual.

Cristina Fumaco e Marinês Lorenz, ambas deficientes visuais e servidoras do Incluir, foram convidadas pelos docentes para prestarem consultoria aos alunos. A avaliação de Cristina foi positiva: “Eles expuseram suas ideias, o que eles gostariam de fazer. A gente falou o que era importante para nós, como era a nossa ida ao mercado. No final do semestre, nos chamaram novamente e apresentaram as embalagens e nós avaliamos se estavam adequadas”.

Pedagogia Bilíngue

A fim de suprir a demanda por formação de educadores capacitados a atuar em salas de aula bilíngues, o Instituto Nacional de Educação de Surdos gestou um curso de Pedagogia Bilíngue em modalidade EAD. A UFRGS, além de colaborar no planejamento, sedia um dos 13 polos espalhados pelo país.

A primeira turma teve início neste semestre e é composta por

15 estudantes ouvintes e 15 surdos. Liliane Giordani, coordenadora do polo e professora da Faculdade de Educação, informa que aqueles não necessariamente dominam língua de sinais e que estes não dominam plenamente a escrita do Português.

“A maioria dos alunos já tem experiência em docência; outros são intérpretes de Libras e querem tra-

balhar no ensino. Entre os surdos, a busca é por uma possibilidade de aperfeiçoamento, compreendendo que nesse modelo há um espaço maior de reconhecimento da língua, facilitando a formação. Essa graduação se torna atrativa para esse público pela adaptação dos materiais e pela possibilidade de interação em Libras”, avalia a docente.

Espaço de referência

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – conhecido como Incluir – é local de referência para todas as instâncias da UFRGS no que concerne à inclusão, acessibilidade e permanência de pessoas com deficiência.

Isso não significa, contudo, que seja o responsável exclusivo por esse público. Adriana Arioli, tradutora-intérprete de Libras e coordenadora do Incluir, alerta: “A gente percebe que é muito recorrente o Núcleo ser visto como um atendimento educacional especializado ou como a sala de recursos de escolas, para onde direcionam as crianças com deficiência. Entendemos que as pessoas com deficiência são alunas da Universidade – como qualquer estudante”. Para favore-

cer esse entendimento, o fluxo dos processos, que antes se iniciava no núcleo, agora parte das comissões de graduação, as quais preenchem um formulário específico com as necessidades do estudante com deficiência no momento do ingresso de calouros. “Afinal”, observa a servidora, “o vínculo do aluno é com a unidade, é onde ele fará toda a sua trajetória acadêmica e onde os problemas têm que ser resolvidos. Isso também nos deixa com mais tempo para assessorar as próprias comissões e os departamentos”.

Na estrutura da Universidade, o Incluir está vinculado à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e existe desde 2014. A equipe é composta por uma psicóloga, uma assistente social, dois estagiários, uma revisora de

braille, oito tradutores-intérpretes de Libras, duas assistentes administrativas e 10 bolsistas.

No momento, o Incluir atende às demandas dos indivíduos ou setores que o procuram. “A gente, a princípio, não sabe onde todas as pessoas com deficiência estão, já que elas podem ou não solicitar assistência”, informa Adriana. Para obter dados mais precisos e poder ampliar os atendimentos, está sendo elaborado um mapeamento: todas as pessoas vinculadas à UFRGS serão instadas a preencher, no portal, um formulário de autodeclaração. “Se for uma pessoa com deficiência, ela informará o tipo de deficiência e o recurso que utiliza. Assim, poderemos mapear alunos e servidores por unidade”, explica.

Por uma nova atitude

Instituir uma cultura inclusiva é um desafio a todas as instituições. Não basta a lei ou mesmo um plano de ação para garantir a inclusão. Isso demanda uma análise por parte do gerenciamento e das pessoas, principalmente no que concerne ao respeito às diferenças. A gente só consegue avançar se isso estiver para além do papel. Com essas colocações, o professor de Fisioterapia Francisco Ricardo Lins, pesquisador na área de Educação Inclusiva e presidente da Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (Caene) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), busca refletir sobre as ações que tornam sua instituição referência de boas práticas no país.

“A gente vem anualmente trabalhando com questões de ordem atitudinal, priorizando a discussão da inclusão no âmbito da formação dos servidores e dos estudantes, mas percebemos que esse ainda não é um traço que esteja inserido na cultura da instituição. Isso leva tempo”, opina. Por outro lado, segundo ele, já há maior conscientização dos gestores, inclusive trazendo a discussão para a agenda institucional, de modo que cada setor ou unidade possa contribuir para garantir os direitos dessas pessoas.

O docente credita os avanços que a universidade vem alcançando ao fato de a gestão central ter tomado a inclusão como prioridade. Segundo ele, no plano de desenvolvimento institucional (PDI) – com vigência de 2010 a 2019 – há um capítulo específico sobre a política de inclusão, a qual está posta nas diversas dimensões do plano de gestão da administração, além de em outras normativas, assegurando os direitos desses estudantes e fortalecendo os princípios de inclusão e acessibilidade em diversos setores.

Estrutura – Ingressaram neste ano, o primeiro com reserva de vagas, 131 pessoas com deficiência. Estas vão se juntar aos mais de 300 alunos que já recebem algum tipo de atendimento da Caene. Isso porque a comissão, além do público-alvo

definido na política, acolhe outras condições que geram necessidades educacionais especiais, como transtornos específicos de aprendizagem e de saúde mental.

Para tanto, desde 2010, quando foi criada em resposta ao que fora estabelecido no PDI, a Caene – que está vinculada ao Gabinete do Reitor – vem estruturando uma equipe que hoje conta com dois psicólogos, dois assistentes sociais, sete pedagogos, uma fisioterapeuta, uma designer gráfico, 18 intérpretes de libras, um revisor de braille, um técnico em assuntos educacionais e um assistente em administração. Do total, 26 são servidores e oito são terceirizados.

Cotas – A nova realidade trazida pela reserva de vagas, porém, está forçando uma reconfiguração em termos de como o atendimento vai se dar. “Estamos trabalhando na perspectiva de um novo modelo de atenção que possa atender os alunos com deficiência. O grande entrave hoje, que acredito não ser só da Caene, é que não temos estrutura nem física nem humana para dar conta dessa realidade. Existem hoje algumas universidades, entre as quais acredito que esteja a UFRN, que têm tido um suporte institucional maior e têm conseguido agregar vários profissionais, mas isso não significa que não demandemos mais servidores, inclusive alguns que a política sinaliza, mas que não existem no quadro, como guias-intérpretes, audiodescritores e transcritores – e seria fundamental tê-los na equipe”, pontua.

Tais serviços são prestados por meio da terceirização ou da contratação por tempo determinado. O docente ressalva, entretanto, que é preciso ter cuidado com essa saída, pois se criam ações e projetos que geram a demanda, a qual depois pode não mais ser atendida. “O que hoje temos de orientação é que as instituições têm que arcar com essas despesas – o MEC nem cria a vaga, nem se responsabiliza por custear o serviço”, lamenta.

Formalização – Desde 2016, a Universidade Federal de Pelotas

(UFPEL) conta com um Plano Institucional de Acessibilidade que faz uma análise da situação de inclusão e traça um plano de ação para o quadriênio. Essa iniciativa provocou uma reviravolta na estrutura de atendimento, de forma que a reserva de 23% das vagas para PcDs teve início já no primeiro semestre de 2017 – um ano antes de que isso se tornasse obrigatório por força de lei.

Antes disso, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), criado em 2008 junto à Pró-reitoria de Graduação, direcionava-se especificamente para a constituição do grupo de tradutores-intérpretes em Libras. Em 2014, com a chegada de uma nova servidora técnico-administrativa, passou a atender a outras demandas. “Somente em janeiro de 2017 é que o NAI sofre alterações em termos de funcionamento, infraestrutura e tamanho da equipe – hoje com 16 profissionais e 8 bolsistas –, passando a ser inserido na Coordenadoria de Inclusão e Diversidade, vinculada ao Gabinete do Reitor”, revela a professora de Ciências Biológicas Rita Cássio, pesquisadora na área de Necessidades Educativas Especiais e coordenadora do núcleo.

Se até 2016 atendia, em média, 30 alunos, atualmente, o NAI acolhe mais de 130 estudantes com deficiência, transtorno do espectro do autismo, altas habilidades e superdotação – público atendido pelas cotas. Segundo a docente, o cotista, tão logo efetive sua matrícula, passa por uma avaliação na sessão de Atendimento Educacional Especializado, que elabora um documento orientador e encaminha a um aluno-tutor, se for o caso.

O programa de tutoria, na avaliação de Rita, tem se mostrado um dos pontos mais satisfatórios do trabalho do NAI, pois não só tem possibilitado a qualidade das aprendizagens dos alunos com deficiência, como tem criado no interior dos cursos a consciência e a visibilidade de que a inclusão necessita, além de favorecer aos tutores que levam a conscientização sobre o tema para seu futuro exercício profissional.